

# Decisões do caso 'Abin paralela' têm lacunas

Moraes incluiu apenas trechos de pedidos da PF em despachos e mantém em sigilo maior parte do inquérito no STF

**BRASÍLIA** As decisões de Alexandre de Moraes, do STF, sobre a atuação da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) no governo de Jair Bolsonaro (PL) trazem até o momento indícios de irregularidades, mas deixam ainda lacunas sobre como se deu na prática a atuação da "Abin paralela".

Com base em três decisões de Moraes no inquérito conduzido pela Polícia Federal, veja abaixo o que se sabe até agora e alguns pontos não detalhados pelo ministro nos despachos.

Os documentos mostram que, após a primeira fase, a investigação ampliou seu foco antes era o uso ilegal do First Mile, e depois passou a mirar relações e informações produzidas supostamente a pedido do que a PF batizou de "núcleo político", cujo único nome apontado até agora é Carlos Bolsonaro (Repúblicanos).

Como as decisões de Moraes incluem apenas trechos dos pedidos da PF, outros elementos de prova e indícios podem estar nos arquivos e nas representações do delegado do caso, ainda mantidos em sigilo.

**Quê está sendo investigado?**  
1 - A compra e o uso do software First Mile, que fornecia, segundo a PF, dados de localização de pessoas de forma ilegal, sem autorização judicial.

2 - Elaboração de supostos relatórios de inteligência contra adversários políticos de Bolsonaro por parte de servidores da agência.

3 - Uso da agência para fins pessoais da família do ex-presidente da República.

4 - Suposta tentativa de atualizar a agenda da agência de atrair aliados em investigações.

**Como o First Mile funciona?**  
O First Mile utiliza uma brecha no protocolo internacional das telecomunicações, que atua quando uma pessoa liga para o celular de outra e as redes precisam saber em qual antena o interlocutor está.

Ele é instantâneo, e a conexão entre os celulares é estabelecida quando uma informação é enviada para a antena mais próxima. Empresas de inteligência usam uma brecha e criam mapas de localização de telefones de comunicação de telefonia para pedir e por incluir os números na ferramenta.

Na primeira decisão de Moraes, há um trecho em que a PF indica o "núcleo de pesquisas" na Abin. São 12 servidores identificados até outubro de 2023 como responsáveis por executar a inclusão dos números na ferramenta.

Não há detalhes de quem seria o responsável por cada pedido e se os oficiais da Abin sabiam de irregularidades. A polícia indica indiretamente Ramagem como solicitante em um caso, mas não mostra como chegou a essa conclusão.

A PF também fala de policiais federais que estavam em um setor chamado Centro de Inteligência Nacional.

**O que era a "Abin paralela"?**  
A primeira decisão não cita, mas nos despachos em que



Fachada do prédio da Agência Brasileira de Inteligência, em Brasília. Antonio Cruz - 3 mai 23/Agência Brasil

indicou a existência de 66.734 pesquisas, com retorno com a geolocalização em 21.300 buscas. O diretor-geral da PF, André Rodrigues, afirmou em entrevista que 30 mil pessoas foram alvo do software.

**Qual foi o critério de escolha dos números para serem localizados?**  
Ainda não foi divulgado pela PF e por Moraes a lista de pessoas que teriam sido monitoradas nem o contexto. A Abin teria utilizado a ferramenta entre fevereiro de 2021 e abril de 2022.

**O que o processo de demissão de dois servidores tem a ver com o caso todo?**  
A PF diz que esses servidores estavam respondendo processo disciplinar por terem praticado ilegalmente de uma citação e ameaçavam de denúncia o uso do First Mile se isso acontecesse. De acordo com o inquérito, Alexandre Ramagem agiu para livrar os servidores de punições, assim, evitar a divulgação da ferramenta.

**O que teria sido a corrupção praticada por Ramagem?**  
A PF diz que Ramagem teria se corrompido ao amular a operação interna contra dois agentes.

**Quem teria sido responsável por pedir e por incluir os números na ferramenta?**  
Na primeira decisão de Moraes, há um trecho em que a PF indica o "núcleo de pesquisas" na Abin. São 12 servidores identificados até outubro de 2023 como responsáveis por executar a inclusão dos números na ferramenta.

Não há detalhes de quem seria o responsável por cada pedido e se os oficiais da Abin sabiam de irregularidades. A polícia indica indiretamente Ramagem como solicitante em um caso, mas não mostra como chegou a essa conclusão.

A PF também fala de policiais federais que estavam em um setor chamado Centro de Inteligência Nacional.

**O que era a "Abin paralela"?**  
A primeira decisão não cita, mas nos despachos em que

autorizou buscas contra Ramagem e Carlos Bolsonaro. Moraes aponta para existência de uma "estrutura paralela infiltrada na Abin" durante o governo Bolsonaro.

A estrutura seria formada majoritariamente por policiais federais lotados no CIN e na direção-geral, ocupada por Ramagem.

Eles seriam os responsáveis por utilizar o First Mile "para monitoramento de alvos e autoridades públicas, bem como para serviço de contra-inteligência e criação de relatórios apócrifos que seriam divulgados com o fim de criar narrativas falsas".

**Além do uso do First Mile, o que as decisões apontam sobre o caso a "Abin paralela"?**  
As decisões mostram que a Abin paralela é suspeita de produzir relatórios de inteligência e levantaram informações de interesse de chamado "núcleo político". Há uma suspeita sobre a produção de relatório de inteligência na tentativa de atrair os ministros Gilmar Mendes e Moraes ao PCC. No caso do assassinato de Marielle Franco, a decisão cita que a CGU (Controladoria-Geral da União) identificou com servidor da Abin a impressão do resumo do currículo da promotora responsável pelo setor onde está a operação no Ministério Público do Rio. O despacho não detalha quem realizou a impressão.

**Como os relatórios e monitoramentos foram usados?**  
As decisões não detalham como teriam sido utilizados por



O ex-presidente Jair Bolsonaro em uma operação da Polícia Federal. Reprodução: 28 jun 23/Agência Brasil

Ramagem e pelo governo. Uma das decisões também cita que a "identificação de informações sigilosas impressas" por Ramagem "possivelmente para entregar aos destinatários do núcleo político", sem detalhar como nem quem. No caso de Carlos, também, não são citados os motivos do interesse de pedido de informações a Ramagem e para que os dados teriam sido utilizados.

**Quais indícios existem do caso de Jair Bolsonaro e quem são os envolvidos?**  
No caso de Jair Bolsonaro, filho do ex-presidente, a Abin teria atuado para ajudá-lo, já que ele era alvo de investigação da PF sobre as relações com empresas e com o governo federal. Agentes da Abin tentaram atrair para a investigação e coletar informações com o objetivo de evitar "riscos à imagem" de Bolsonaro.

Há três policiais federais citados, sendo um deles apontado como responsável por ter feito um monitoramento do caso. Não há informações sobre o que os outros dois teriam feito. Há ainda menção de que o pedido teria partido do CSI, comandado à época por General Heleno. Não é possível saber como a solicitação teria sido feita, nem que indício existe sobre isso.

**Quais indícios existem no caso Flávio Bolsonaro?**  
A decisão diz que o caso do senador estava sob investigação de Marcelo Bornmevet, que ocupava o posto de chefe do CIN.

**Como os relatórios e monitoramentos foram usados?**  
As decisões não detalham como teriam sido utilizados por

Moraes teria dito na reunião que a apuração sobre o caso tinha "tudo político e iria passar". Moretti, delegado da PF, não há na decisão, o detalhamento de como a PF soube da reunião e as informações do encontro foram relacionadas em depoimentos.

**Qual é a briga existente entre Abin e PF atualmente?**  
As cúpulas das duas instituições estão em atrito desde o início do governo Lula (PT). Quando chegou, Corrêa escolheu como número 2 a 3 Moretti e Paulo Maurício Fortunato, respectivamente.

Essas indicações foram usadas pela PF para tentar desgastar a direção da Abin, nos bastidores, como o argumento de que Corrêa estaria levando para a gestão Lula pessoas que exerceram papel relevante sob as ordens de Bolsonaro.

Moretti foi o número dois de Anderson Torres na Secretaria de Segurança do Distrito Federal, entre 2018 e 2022, e comandou a diretoria de inteligência da PF em 2022 quando Torres era ministro da Justiça.

O delegado não tem boa relação com o André desde a eleição presidencial. Chefe da segurança de Lula, André reclamava que Moretti dificultava o trabalho da sua equipe durante a campanha. Moretti chegou a ser indicado para alido do PF na França, mas André barrou a nomeação assim que assumiu o cargo.

A crise aumentou quando o número três escolhido por Corrêa foi alvo de afastamento do cargo na primeira fase da investigação sobre a Abin paralela e depois com a citação de Moretti e Corrêa no pedido de busca contra Ramagem em um contexto de tentativa de obstrução da apuração.

**Por que esse caso está no STF?**  
Nas decisões acessadas, o ministro Alexandre de Moraes não justificou o motivo do caso estar sob sua jurisdição e no STF o magistrado apenas cita que foi "autuada por premissa" ao inquérito 478/DF, conhecido como inquérito das fake news.

**O que Ramagem diz sobre isso?**  
O deputado federal afirma que o First Mile foi adquirido no governo de Michel Temer e que o contato não foi renovado na sua gestão. Segundo ele, partiu dele o pedido para realização de correção para apurar o uso da ferramenta. Ele afirma que o software ficava na Diretoria de Operações de Inteligência e que deu a ordem de uso.

Ramagem também nega ter repassado informações sigilosas para a família Bolsonaro.

**Que crimes são investigados?**  
Segundo a PF, são investigados os crimes de invasão de dispositivo informático alheio, organização criminosa e interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.



Fachada do prédio da Agência Brasileira de Inteligência, em Brasília. Antonio Cruz - 3 mai 23/Agência Brasil

indicou a existência de 66.734 pesquisas, com retorno com a geolocalização em 21.300 buscas. O diretor-geral da PF, André Rodrigues, afirmou em entrevista que 30 mil pessoas foram alvo do software.

**Qual foi o critério de escolha dos números para serem localizados?**  
Ainda não foi divulgado pela PF e por Moraes a lista de pessoas que teriam sido monitoradas nem o contexto. A Abin teria utilizado a ferramenta entre fevereiro de 2021 e abril de 2022.

**O que o processo de demissão de dois servidores tem a ver com o caso todo?**  
A PF diz que esses servidores estavam respondendo processo disciplinar por terem praticado ilegalmente de uma citação e ameaçavam de denúncia o uso do First Mile se isso acontecesse. De acordo com o inquérito, Alexandre Ramagem agiu para livrar os servidores de punições, assim, evitar a divulgação da ferramenta.

**O que teria sido a corrupção praticada por Ramagem?**  
A PF diz que Ramagem teria se corrompido ao amular a operação interna contra dois agentes.

**Quem teria sido responsável por pedir e por incluir os números na ferramenta?**  
Na primeira decisão de Moraes, há um trecho em que a PF indica o "núcleo de pesquisas" na Abin. São 12 servidores identificados até outubro de 2023 como responsáveis por executar a inclusão dos números na ferramenta.

Não há detalhes de quem seria o responsável por cada pedido e se os oficiais da Abin sabiam de irregularidades. A polícia indica indiretamente Ramagem como solicitante em um caso, mas não mostra como chegou a essa conclusão.

A PF também fala de policiais federais que estavam em um setor chamado Centro de Inteligência Nacional.

**O que era a "Abin paralela"?**  
A primeira decisão não cita, mas nos despachos em que

autorizou buscas contra Ramagem e Carlos Bolsonaro. Moraes aponta para existência de uma "estrutura paralela infiltrada na Abin" durante o governo Bolsonaro.

A estrutura seria formada majoritariamente por policiais federais lotados no CIN e na direção-geral, ocupada por Ramagem.

Eles seriam os responsáveis por utilizar o First Mile "para monitoramento de alvos e autoridades públicas, bem como para serviço de contra-inteligência e criação de relatórios apócrifos que seriam divulgados com o fim de criar narrativas falsas".

**Além do uso do First Mile, o que as decisões apontam sobre o caso a "Abin paralela"?**  
As decisões mostram que a Abin paralela é suspeita de produzir relatórios de inteligência e levantaram informações de interesse de chamado "núcleo político". Há uma suspeita sobre a produção de relatório de inteligência na tentativa de atrair os ministros Gilmar Mendes e Moraes ao PCC. No caso do assassinato de Marielle Franco, a decisão cita que a CGU (Controladoria-Geral da União) identificou com servidor da Abin a impressão do resumo do currículo da promotora responsável pelo setor onde está a operação no Ministério Público do Rio. O despacho não detalha quem realizou a impressão.

**Como os relatórios e monitoramentos foram usados?**  
As decisões não detalham como teriam sido utilizados por

de autoridade por parte do órgão executor, no caso, a PF. Bolsonaro chamou o episódio de "operação escudo" e não mencionou o adversário presidente Lula (PT), mas se queixou de tratamento diferenciado aos filhos do petista, a quem chama de "ladro". "Por que vem para cima da minha família o tempo todo? Não é hoje, não é amanhã?", disse.

A investigação busca averiguar se havia um sistema paralelo de inteligência na Abin, com intuito de espionar adversários políticos. A agência, à época, estava sob o comando de Alexandre Ramagem,

hoje deputado federal e pré-candidato à Prefeitura do Rio. A Folha Bolsonaro nega saber da existência do software israelense First Mile, que faz rastrear por geolocalização de telefones celulares. Ele ainda desdenhou da tecnologia: "De que vale? Não grampeia, não fotografa, não faz nada. Gasta dinheiro com algo inútil".

Abin adquiriu sem licitação o software de monitoramento em 2018, no fim da gestão de Michel Temer, por R\$ 5,7 milhões. Mas o sistema só foi usado por servidores da agência nos três primeiros anos do governo Bolsonaro.

## Bolsonaro chama inquéritos no Supremo de brinquedinhos que Moraes usa para perseguir

Marianna Holanda

**BRASÍLIA** O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) chamou os inquéritos que tramitam no STF (Supremo Tribunal Federal) sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes de "brinquedinhos" que o ministro usa para perseguir quem bem entender.

A declaração ocorreu poucos dias depois de a PF (Polícia

Federal) realizar uma operação contra seu filho Carlos Bolsonaro, sob suspeita de existência de uma "Abin paralela" durante o seu governo.

A Folha do ex-presidente disse que Carlos, vencedor do Rito de Início pelo Republicanos, está chateado, mas que busca apreensão não é novidade para sua família e afirmou que não está preocupado.

Além do inquérito sobre a

Abin (Agência Brasileira de Inteligência), o segundo filho do ex-mandatário é o alvo de outras duas investigações no STF: das fake news e das milícias digitais. O próprio Bolsonaro, seus filhos e aliados também estão na mira de diferentes apurações.

Além do inquérito sobre a

tíssimo ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito, o inquérito dele, o brinquedinho dele, é o inquérito que ele tem para perseguir quem bem entender", disse.

Durante a conversa, o ex-presidente relembrou a operação de inteligência na Abin, com intuito de espionar adversários políticos. A agência, à época, estava sob o comando de Alexandre Ramagem,

hoje deputado federal e pré-candidato à Prefeitura do Rio. A Folha Bolsonaro nega saber da existência do software israelense First Mile, que faz rastrear por geolocalização de telefones celulares. Ele ainda desdenhou da tecnologia: "De que vale? Não grampeia, não fotografa, não faz nada. Gasta dinheiro com algo inútil".

Abin adquiriu sem licitação o software de monitoramento em 2018, no fim da gestão de Michel Temer, por R\$ 5,7 milhões. Mas o sistema só foi usado por servidores da agência nos três primeiros anos do governo Bolsonaro.